



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de brinquedos infláveis, compreendendo: castelinho pula-pula, piscina de bolinha e tobogã inflável, em conformidade com as normas técnicas de segurança adequadas para uso infantil, visando atender às necessidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Ítem	Descrição	Unid.	Qtd
1	<p>CASTELINHO PULA-PULA 4X4M CASTELO INFLÁVEL PREMIUM COM MOTOR - 01 Unidade;</p> <p>Características</p> <p>Estrutura: Material: Lona de PVC flexível, tipo KP1000, com fios de alta resistência. Processo de fabricação: Soldagem eletrônica por alta frequência e costura reforçada com linha de nylon industrial.</p> <p>Acabamento: Bordas reforçadas e zíperes de segurança.</p> <p>Dimensões: Largura: 4,00 metros X Comprimento: 4,00 metros X Altura: 3,00 metros</p> <p>Peso Total Aproximado: 50 kg</p> <p>Peso Máximo Suportado: 150 kg (capacidade para até 6 crianças simultaneamente)</p> <p>Motor Soprador: Potência: 750W. Voltagem: 110V ou 220V (a ser especificado no momento da compra)</p> <p>Tipo: Motor com sistema de segurança integrado, evitando superaquecimento.</p> <p>Acessórios: Inclui tubo de conexão e cabo de alimentação com comprimento mínimo de 2 metro</p> <p>Segurança e Conformidade: Atende às normas da ABNT NBR 15859:2010 – "Brinquedos infláveis de grande porte – Requisitos de segurança e métodos de ensaio". Equipado com redes de proteção nas laterais e zíper de segurança para acesso controlado. Sistema de ventilação eficiente, com válvulas de retenção de ar para manutenção da pressão interna. Instruções claras de montagem, uso e manutenção, incluindo advertências sobre riscos de uso inadequado</p> <p>Desempenho e Durabilidade: Tempo de inflação: Aproximadamente 5 minutos, com o motor em funcionamento contínuo. Temperatura de operação recomendada: 10°C a 40°C. Resistência a intempéries: Revestimento impermeável, adequado para uso externo em condições climáticas variadas.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação</p> <p>Embalagem e Transporte: Acompanha saco de transporte em lona reforçada, com alças para facilitar o manuseio.</p> <p>Dimensões da embalagem: 1,00m (C) x 0,80m (L) x 0,80m (A). Peso total embalado: Aproximadamente 55 kg.</p> <p>Instruções de armazenamento: Manter em local seco e ventilado, longe de fontes de calor e umidade excessiva.</p> <p>Certificações e Documentação: Certificado de conformidade com as normas técnicas brasileiras aplicáveis.</p> <p>Declaração de responsabilidade do fabricante quanto à segurança e qualidade do produto.</p> <p>Manual de operação e manutenção em português, incluindo orientações sobre montagem, uso seguro e cuidados necessários.</p> <p>Critério de sustentabilidade: Produzido com material reciclável, livre de substâncias tóxicas, matéria prima renovável com certificação ambiental, resistência e durabilidade, motor com baixo consumo de energia, embalagem sustentável</p>	Unid.	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

2	<p>PISCINA DE BOLINHAS 2 X 2 COM BOLINHAS - 01 Unidade;</p> <p>Características Técnicas - Estrutura: Material: Estrutura em aço tubular revestido com pintura eletrostática anti-corrosiva, garantindo resistência e durabilidade. Revestimento lateral e base: Tecido em lona de PVC ou poliéster reforçado com espuma de alta densidade para conforto e segurança.</p> <p>Dimensões internas da piscina: 2,00 metros (largura) x 2,00 metros (comprimento) x 0,50 metros (altura).</p> <p>Peso total aproximado: 15 kg (estrutura vazia).</p> <p>Bolinhas: Quantidade: Aproximadamente 500 bolinhas plásticas. Material: Polietileno atóxico, resistente, leve e seguro para crianças. Diâmetro: 6 cm \pm 0,5 cm. Cores variadas, com tinta não tóxica e resistente à água. Fácil limpeza e higienização.</p> <p>Segurança e Conformidade: Atende às normas brasileiras de segurança para brinquedos infantis, especialmente ABNT NBR 15859:2010. Materiais atóxicos, livres de substâncias nocivas e certificados pelo INMETRO.</p> <p>Bordas arredondadas e acolchoadas para evitar acidentes.</p> <p>Estrutura estável e com base antiderrapante para impedir deslizamento durante o uso.</p> <p>As bolinhas são fabricadas com material que não se quebra facilmente, minimizando riscos de engasgamento ou ferimentos.</p> <p>Manual de uso, montagem e manutenção inclusos.</p> <p>Desempenho e Durabilidade: Fácil montagem e desmontagem, sem necessidade de ferramentas complexas.</p> <p>Material resistente à água e fácil de limpar, com superfície impermeável. Produto adequado para uso interno e externo, desde que protegido da exposição prolongada ao sol e chuva.</p> <p>Vida útil estimada de no mínimo 2 anos, considerando uso regular e manutenção adequada.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Embalagem e Transporte: Embalagem resistente em caixa de papelão reciclado ou saco de transporte com alça, facilitando o transporte e armazenamento.</p> <p>Peso total embalado: Aproximadamente 18 kg.</p> <p>Instruções claras de armazenamento para manter o produto em bom estado, evitando umidade e exposição a agentes agressivos.</p> <p>Certificações e Documentação: Certificado de conformidade com as normas técnicas aplicáveis e certificação do INMETRO.</p> <p>Declaração do fabricante sobre a segurança e qualidade do produto.</p> <p>Manual técnico em português, contendo instruções detalhadas de montagem, uso seguro, higienização e manutenção.</p> <p>Critério de sustentabilidade: Produzido com material reciclável, livre de substâncias tóxicas, matéria prima renovável com certificação ambiental, resistência e durabilidade, embalagem sustentável</p>	Unid.	1
---	--	-------	---



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

3	<p>TOBOGÃ PREMIUM INFLÁVEL 5M X 3M COM MOTOR - 01 Unidade;</p> <p>Características Técnicas - Dimensões: Comprimento: 5 metros X Largura: 3 metros X Altura máxima: 2,5 metros (aproximada)</p> <p>Material: Lona de PVC ou poliéster revestido de alta resistência, com espessura mínima de 0,55 mm.</p> <p>Material impermeável, resistente à abrasão e rasgos, com acabamento anti-UV para uso externo.</p> <p>Estrutura: Costuras duplas e reforçadas para maior durabilidade. Bases e laterais acolchoadas para proteção dos usuários.</p> <p>Motor Soprador: Motor elétrico com potência mínima de 1 HP (750W), compatível com tensão local.</p> <p>Baixo nível de ruído e alta eficiência na manutenção da pressão de ar. Sistema de segurança contra superaquecimento e proteção contra sobrecarga elétrica.</p> <p>Filtro de entrada de ar para evitar sujeira e garantir durabilidade.</p> <p>Capacidade: Suporta até 3 crianças simultaneamente, com peso máximo total de 180 kg (aproximadamente).</p> <p>Peso do produto: Aproximadamente 35 kg (inflado e sem motor).</p> <p>Segurança e Conformidade: Conformidade com as normas técnicas brasileiras e internacionais aplicáveis a brinquedos infláveis (exemplo: ABNT NBR 15859 e INMETRO). Materiais atóxicos e livres de substâncias nocivas. Laterais com proteção reforçada e bochechas para evitar quedas laterais. Base antiderrapante e pontos de fixação para ancoragem segura ao solo.</p> <p>Manual de uso, montagem e manutenção em português incluso.</p> <p>Desempenho e Durabilidade: Fácil montagem e desmontagem, com tempo médio de inflação inferior a 5 minutos.</p> <p>Estrutura resistente para uso contínuo em ambientes internos e externos (resguardadas condições climáticas adversas). Materiais de fácil limpeza e higienização, garantindo condições sanitárias adequadas.</p> <p>Vida útil estimada de no mínimo 3 anos, considerando uso regular e manutenção adequada.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Embalagem e Transporte: Embalagem resistente para transporte seguro, com bolsa ou caixa de transporte com alças. Peso total embalado: aproximadamente 40 kg.</p> <p>Instruções claras para armazenamento e transporte, evitando danos ao produto.</p> <p>Certificações e Documentação: Certificado de conformidade com normas técnicas vigentes.</p> <p>Declaração do fabricante sobre a segurança e qualidade do produto.</p> <p>Manual técnico em português, contendo instruções detalhadas de montagem, uso seguro, higienização e manutenção.</p> <p>Critério de sustentabilidade: Produzido com material reciclável, livre de substâncias tóxicas, matéria prima renovável com certificação ambiental, resistência e durabilidade, motor com baixo consumo de energia, embalagem sustentável</p>	Unid.	1
---	---	-------	---



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por terem padrões de qualidade e desempenho definidos de forma objetiva, pois suas especificações seguem padrões típicos de mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Esta aquisição está de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e tem como objetivo a disponibilização dos brinquedos infláveis para utilização nas atividades recreativas e eventos promovidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que tem como objetivo principal a promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes por meio de ações que fortalecem os vínculos familiares e comunitários. A oferta de brinquedos como castelinho pula-pula, piscina de bolinhas e tobogã inflável visa proporcionar momentos de lazer, interação social e estímulo ao desenvolvimento motor e cognitivo das crianças e adolescentes atendidos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e inclusão social.

As atividades de recreação desenvolvidas pelo equipamento social, utilizando os brinquedos infláveis nesta aquisição, como castelinho pula-pula, piscina de bolinhas e tobogã inflável, visam promover o desenvolvimento social, emocional e físico de crianças e adolescentes atendidos pelo SCFV, serão utilizados em eventos lúdicos, culturais e comemorativos para a promoção de atividades que valorizam o brincar como ferramenta de desenvolvimento humano. A aquisição de equipamentos de lazer busca garantir que todas as crianças, independentemente de sua origem social ou econômica, tenham acesso a um ambiente que favoreça o seu bem-estar. Este projeto está alinhado com as políticas públicas voltadas à inclusão social, a igualdade de direitos e à valorização da infância.

A prática de atividades físicas, como brincar, é fundamental para a saúde infantil, pois contribui para o desenvolvimento físico, previne doenças ligadas ao sedentarismo e melhora a qualidade de vida. Parques e brinquedos também favorecem a educação não formal, promovendo aprendizado e socialização entre as crianças, além de fortalecer os laços familiares por meio do lazer conjunto.

Portanto, a aquisição dos brinquedos infláveis, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, é uma ação estratégica para garantir o direito ao lazer, o desenvolvimento saudável e a inclusão social das crianças, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, a disponibilização desses equipamentos em eventos realizados pelo SCFV promove a valorização das atividades recreativas como instrumento fundamental para a prevenção de situações de risco social e para o fortalecimento da cidadania. Esta contratação é indispensável para garantir que as atividades do SCFV contem com brinquedos seguros, adequados e em conformidade com as normas técnicas vigentes, assegurando a proteção e o bem-estar do público atendido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A aquisição dos brinquedos infláveis será de acordo com as especificações técnicas claras detalhadas no item 1 deste termo, bem como a escolha de fornecedores com experiência comprovada e produtos certificados por as normas de segurança (INMETRO, ABNT). Os brinquedos serão exclusivamente para utilização em eventos programados, com montagem supervisionada e presença obrigatória de monitores capacitados para o controle de acesso e do tempo de uso, para garantir segurança e equidade na recreação. Observar sempre os requisitos operacionais para cada brinquedo, disponibilizando um responsável durante todo o período de funcionamento. Os locais dos eventos devem prever infraestrutura elétrica para funcionamento dos motores.

Para a boa manutenção dos mesmos deverá ser realizadas inspeções periódicas dos brinquedos (costuras, válvulas, motores de insuflação). Deverá ser armazenado em local adequado, seco e protegido, e seu descarte deverá ser ambientalmente responsável ou verificar o reaproveitamento de seus materiais, planejando sempre sua substituição com base em desgaste e obsolescência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da exigência de CATÁLOGO OU AMOSTRA

4.1. *Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar **CATÁLOGO DE FÁBRICA DOS ITENS**. Caso os catálogos não sejam suficientes para análise conclusiva acerca da aderência do objeto ofertado em relação ao requisitado, o Agente de Contratação ou Comissão de Contratação solicitará amostra, que será analisada pelo corpo técnico da área demandante, sendo facultada a quaisquer interessados o acompanhamento da análise e de eventuais testes realizados pelo retrocitado corpo técnico.*

4.2. *As amostras poderão ser entregues no endereço Avenida VIII, nº 50, Bairro Carreira Comprida, CEP 33045-090, no prazo limite de 05 (cinco) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.*

4.3. *É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.*

4.4. *No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.*

4.5. *Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:*

- a) *Itens: Estar de acordo com as especificação detalhadas neste termo;*
- b) *Itens: Apresentação de certificações.*

4.6. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

4.7. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.8. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.9. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30. (trinta) dias consecutivos, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.10. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.13. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens será até 10 (dez) dias, após recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG - ALMOXARIFADO
Av. VIII, nº 50, Bairro Carreira Comprida, CEP 33.045-090 – Santa Luzia/MG.

A/C: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. *As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação.*

5.6. *Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 03 (três) dias úteis.*

5.7. *O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.*

5.8. *Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.*

5.9. *O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.*

5.10. *A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato, comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.12. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.12.1. *Conferência no ato do recebimento especificação detalhada.*

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias consecutivos para fins de liquidação, na forma desta seção, nos termos do artigo 9º. do Decreto Municipal 3.526, de 11 de Fevereiro de 2020.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA-e** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na modalidade ELETRÔNICA, de acordo com o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9. Habilitação jurídica

9.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

3



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

9.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10. Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital e Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

10.6. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital e Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11. Qualificação Econômico-Financeira

11.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

11.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

11.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

11.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

11.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

12. Qualificação Técnica

12.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

12.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

12.1.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

12.1.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

12.1.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

12.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL, SE APLICÁVEL - EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS, SE NECESSÁRIO E SEM EXIGIR VÍNCULO LABORAL ANTES DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO.

12.3 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

12.3.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XL, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

12.3.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

12.3.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

12.3.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

12.3.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

12.3.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

12.3.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

13 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14 *O custo estimado total da contratação é de R\$: 24.384,46, conforme custos unitários apostos em anexo no processo.*

13.1 *O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.*

13.2 *A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.*

14 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

14.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

08.242.2083.2190 – Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento e Vínculos

4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte - 2660

Ficha - 2211

14.3 *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

Santa Luzia/MG, 31 de Abril de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

**AUTORIDADE MÁXIMA DA SECRETARIA REQUISITANTE
(OU AUTORIDADE SUPERIOR)**

Letícia Luisa Braz Bragança

Matrícula: 40.339

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania